



O trabalho colaborativo entre professor do ensino regular x professor do AEE¹

Maria de Jesus Xavier dos Santos Farias

Resumo

O trabalho colaborativo entre o professor do ensino regular e o professor do AEE é um imperativo para a construção de uma educação inclusiva. Através da soma de conhecimentos e práticas, esses educadores podem criar um ambiente de aprendizagem que respeite e valorize as diferenças, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial. Ao enfrentar os desafios e promover uma cultura de colaboração, é possível avançar para uma educação mais equitativa e respeitosa, onde todos os estudantes se sintam acolhidos e motivados a aprender e a participar ativamente da vida escolar. É nesta perspectiva que se fundamenta a esperança de um futuro educacional mais inclusivo e transformador. Apesar dos benefícios evidentes do trabalho colaborativo, ainda existem desafios a serem enfrentados. A falta de formação específica e contínua para professores do ensino regular pode dificultar a implementação de práticas inclusivas. Muitas vezes, esses educadores sentem-se inseguros ou despreparados para lidar com a diversidade de suas turmas, o que pode resultar em um ambiente de exclusão. Além disso, a estrutura organizacional das escolas nem sempre favorece a colaboração efetiva entre os profissionais. Muitas instituições ainda operam com uma lógica segmentada, onde o trabalho em equipe é pouco promovido, dificultando a articulação entre os professores. Com isso, é imprescindível que as instituições de ensino promovam uma cultura de colaboração e que os gestores escolares incentivem o diálogo e a formação conjunta para que o trabalho entre os professores do ensino regular e do AEE se torne uma prática comum e frutífera.

Palavras-Chave: Ensino Colaborativo. Professor do Ensino Regular. Professor AEE.

¹ Artigo publicado-Pará de Minas, MG: Virtual Books editora, Publicação 2025. Ebook em formato PDF.
<https://drive.google.com/file/d/1prm3JQGFqrOWfUCNfNEJDTAtQNEOKwFW/view?usp=drivesdk>

Abstract

Collaborative work between regular education teachers and special education teachers is essential for building inclusive education. By combining knowledge and practices, these educators can create a learning environment that respects and values differences, ensuring that all students have the opportunity to develop their potential. By addressing challenges and promoting a culture of collaboration, it is possible to move towards a more equitable and respectful education, where all students feel welcomed and motivated to learn and actively participate in school life. It is in this perspective that the hope for a more inclusive and transformative educational future is based. Despite the clear benefits of collaborative work, there are still challenges to be faced. The lack of specific and ongoing training for regular education teachers can hinder the implementation of inclusive practices. Often, these educators feel insecure or unprepared to deal with the diversity of their classes, which can result in an environment of exclusion. In addition, the organizational structure of schools does not always favor effective collaboration between professionals. Many institutions still operate with a segmented logic, where teamwork is not promoted enough, making it difficult for teachers to work together. Therefore, it is essential that educational institutions promote a culture of collaboration and that school administrators encourage dialogue and joint training so that work between regular education and special education teachers becomes a common and fruitful practice.

Keywords: Collaborative Teaching. Regular Education Teacher. Special Education Teacher.

Introdução

O trabalho colaborativo na educação tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente no contexto da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse cenário, a atuação conjunta do professor do ensino regular e do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) revela-se fundamental para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Este trabalho tem como objetivo explorar as dinâmicas do trabalho colaborativo entre esses dois profissionais, as suas responsabilidades e os benefícios que se podem advir dessa parceria (Nogueira 2022).

A inclusão educacional é um direito assegurado por legislações nacionais e internacionais, que visam garantir a acessibilidade e a equidade no ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ambas no Brasil, enfatizam a importância de proporcionar condições adequadas para todos os alunos, respeitando suas singularidades e potencialidades. Nesse sentido, o professor do ensino regular não

apenas educa, mas também acolhe e respeita as diferenças, promovendo um ambiente inclusivo (Silva 2020).

O professor do ensino regular desempenha um papel crucial na implementação do modelo inclusivo. Ele é responsável por planejar e ministrar aulas que considerem a diversidade da sala de aula, adaptando suas metodologias e conteúdos para atender às necessidades de todos os alunos. Essa adaptação requer uma formação contínua que possibilite a esse educador conhecer diferentes estratégias didáticas, recursos pedagógicos e as especificidades dos alunos que compõem seu grupo (Barboza 2022).

Além disso, o professor do regular deve ser um mediador no processo de interação entre os alunos. Ele deve fomentar um clima de respeito e empatia, ajudando a construir uma cultura escolar que valorize as diferenças e promova a colaboração entre os estudantes. O relacionamento interpessoal, o respeito mútuo e a construção de vínculos significativos são fundamentais para que o ambiente escolar se torne acolhedor e possa atender a todos (Pires 2024).

O professor do AEE é um especialista, geralmente com formação voltada para a educação especial, que tem como principal função oferecer suporte aos alunos com necessidades especiais em diversos aspectos do processo educativo. Este profissional atua dentro da escola, mas de forma complementar ao ensino regular, sendo responsável por elaborar e aplicar estratégias pedagógicas específicas que visem ao desenvolvimento das habilidades dos alunos (Santos 2022).

O professor do AEE deve realizar um diagnóstico das necessidades dos alunos e, a partir desse diagnóstico, desenvolver intervenções que possam ser implementadas tanto nas aulas regulares quanto em atendimento individualizado. Além disso, ele também é responsável por formar os professores do ensino regular, fornecendo orientações sobre como adaptar conteúdos e metodologias para que esses alunos possam participar das atividades em igualdade de condições (Raulino et al 2023).

O trabalho colaborativo entre o professor do regular e o professor do AEE é essencial para o sucesso da inclusão. Essa parceria permite que as estratégias pedagógicas sejam mais eficazes e que o atendimento às necessidades dos alunos com deficiência seja mais efetivo. Quando os dois profissionais trabalham juntos, conseguem promover um plano de ensino que considera as singularidades dos estudantes e integra diferentes abordagens pedagógicas (Souza et al 2023).

Esse trabalho colaborativo pode se manifestar de várias maneiras. Uma delas é por meio do planejamento conjunto de aulas. A troca de experiências e conhecimentos entre os professores é fundamental para que o conteúdo se torne acessível a todos os alunos. Além disso, a observação mútua e a construção de um clima de confiança entre os educadores contribuem para que ambos se

sintam confortáveis em compartilhar suas práticas e buscar melhorias (Moraes et al 2023).

O desenvolvimento de ações conjuntas, como atividades extracurriculares ou projetos interdisciplinares, também é uma forma de fortalecer a colaboração. Essas atividades possibilitam que todos os alunos participem de maneira integrada, promovendo o respeito às diferenças e a construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo (Almeida 2023).

Ensino regular e atendimento educacional especializado na perspectiva do trabalho colaborativo

A inclusão escolar é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No Brasil, a legislação educacional tem avançado no que tange à promoção de um sistema de ensino que atenda a diversidade e à modalidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, para que este objetivo seja de fato alcançado, é imprescindível que se articule um trabalho colaborativo entre os educadores do ensino regular e os profissionais especializados (Bezerra et al 2024).

O ensino regular, que se destina à formação de todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades, enfrenta o desafio de incluir estudantes com diferentes tipos de deficiência. A Resolução CNE/CE nº 2/2001 determina que a educação é um direito de todos, e, portanto, as instituições de ensino devem estar preparadas para acolher e atender a todos os alunos, promovendo aprendizados significativos. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado aparece como um complemento imprescindível ao ensino regular, com a finalidade de fornecer as adaptações e os apoios necessários que possibilitem o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento (Kariele et al 2024).

O trabalho colaborativo emerge como uma estratégia fundamental para a integração entre o ensino regular e o atendimento especializado. O modelo colaborativo transcende a simples divisão de tarefas, promovendo um diálogo constante entre todos os envolvidos no processo educacional, incluindo professores, especialistas em educação especial, equipe pedagógica, famílias e os próprios alunos. Essa sinergia é essencial, uma vez que a educação inclusiva não pode ser vista como uma responsabilidade exclusiva de um único profissional ou setor da escola, mas como um esforço conjunto que envolve a construção de conhecimentos e práticas que respeitem a diversidade (Vieira et al 2024).

Um dos principais desafios desse trabalho colaborativo refere-se à formação dos profissionais que

atuam no ensino regular. Muitas vezes, os educadores enfrentam dificuldades em relação ao conhecimento sobre as especificidades das deficiências e as metodologias que podem ser empregadas para promover a inclusão efetiva. A formação continuada é um aspecto crucial para que esses profissionais consigam assimilar práticas inclusivas e conheçam os recursos disponíveis no atendimento especializado. A interação com profissionais que atuam no AEE é uma oportunidade valiosa para a troca de saberes, estratégias e experiências que favorecem o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais inclusiva (Campos et al 2024).

Além disso, é vital que haja uma cultura de colaboração que permeie toda a instituição. A criação de espaços de discussão e reflexão, como reuniões periódicas entre professores de diferentes áreas e especialistas, favorece a construção de um ambiente escolar que valoriza a diversidade. Essas reuniões podem ser uma oportunidade para o compartilhamento de experiências exitosas, identificação de dificuldades e construção de propostas que atendam de forma mais efetiva às necessidades dos alunos com deficiência. A partir do momento em que se cria uma rede de apoio, tanto para educadores quanto para estudantes, os vínculos se fortalecem e a experiência escolar se torna mais rica e significativa (Pirolo et al 2024).

Outro ponto importante a ser considerado é a participação da família no processo educativo. A colaboração entre escola e família é essencial para que o aluno com deficiência receba suporte tanto no ambiente escolar quanto em casa. A comunicação contínua e transparente entre os professores e os familiares pode contribuir para que as estratégias educacionais sejam complementadas pelas práticas cotidianas. Além disso, a participação dos pais nas decisões relacionadas à educação de seus filhos é fundamental para a construção de um currículo que atenda às suas necessidades (Ralin 2024).

O uso de tecnologias assistivas também merece destaque no contexto do trabalho colaborativo. Soluções tecnológicas podem facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência, proporcionando recursos que atendam a diversas necessidades. A colaboração entre professores e especialistas em tecnologia educacional é vital para que essas ferramentas sejam incorporadas de maneira adequada no cotidiano escolar. O acesso a tais recursos não só potencializa o aprendizado, mas também promove a autonomia dos alunos (Souza et al 2023).

É imprescindível que a gestão escolar também esteja comprometida com a efetivação do trabalho colaborativo e da inclusão. A criação de políticas que incentivem a formação continuada dos educadores, a distribuição adequada de recursos e a promoção de uma cultura inclusiva são elementos que devem ser prioritários em qualquer instituição de ensino. Além disso, a sensibilização e o envolvimento de toda a comunidade escolar são fundamentais para que a inclusão

deixe de ser uma responsabilidade apenas dos profissionais de educação especial e se torne um valor compartilhado por todos (Nogueira 2022).

O ensino regular e o atendimento educacional especializado, quando articulados sob a perspectiva do trabalho colaborativo, têm o potencial de promover uma educação mais inclusiva e efetiva. Essa sinergia, pautada pelo diálogo, formação contínua, participação da família e uso das tecnologias assistivas, pode tornar a escola um espaço onde todos os alunos, independentemente de suas particularidades, possam aprender, crescer e se desenvolver plenamente. Assim, a inclusão se estabelece não apenas como uma política educativa, mas como um compromisso social coletivo em prol de uma educação que respeita e valoriza a diversidade (Almeida 2023).

Configurações de trabalho colaborativo entre educação especial e ensino regular

A inclusão de estudantes com deficiências ou necessidades educacionais especiais no ensino regular tem se firmado como um princípio fundamental nas políticas educacionais contemporâneas. O trabalho colaborativo entre educação especial e ensino regular é essencial para promover um ambiente educativo inclusivo, que respeite e valorize a diversidade, ao mesmo tempo em que garante o direito à educação de qualidade para todos (Silva 2020).

A educação inclusiva é um movimento que visa a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Estudos demonstram que a inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares não apenas beneficia esses estudantes, mas também enriquece o processo de aprendizagem de todos os alunos, promovendo a empatia, o respeito às diferenças e a construção de habilidades sociais. No entanto, para que a inclusão seja verdadeiramente efetiva, é fundamental que haja uma colaboração efetiva entre os educadores das diversas áreas do conhecimento, incluindo a educação especial e a educação regular (Bezerra et al 2024).

Diversas configurações de trabalho colaborativo podem ser implementadas para fortalecer a relação entre a educação especial e o ensino regular. O planejamento curricular deve ser um processo colaborativo, em que os professores da educação especial e regular atuem juntos para desenvolver estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos. Este planejamento deve incluir adaptações curriculares, recursos didáticos diferenciados e metodologias que promovam a participação ativa de todos os estudantes (Bezerra et al 2024).

Investir na formação continuada de educadores é uma estratégia fundamental para garantir que todos os professores estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Programas de formação que promovam a troca de experiências entre educadores da educação especial e regular

podem ser extremamente úteis para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a inclusão. A atuação de profissionais especializados, como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, é crucial para oferecer suporte tanto aos professores quanto aos alunos. A presença desses profissionais em ambientes escolares regulares pode facilitar o desenvolvimento de estratégias de intervenção e a promoção do bem-estar dos alunos (Barboza 2022).

A acessibilidade física e pedagógica deve ser uma preocupação constante nas instituições de ensino. Isso implica não apenas em garantir que as instalações sejam adequadas, mas também em criar materiais e recursos didáticos que sejam acessíveis a todos os alunos, independentemente de suas limitações. O uso de tecnologias assistivas pode desempenhar um papel importante nesse aspecto (Vieira et al 2024).

A avaliação dos alunos deve ser realizada de forma a considerar as particularidades de cada estudante. Métodos de avaliação diversificados, que vão além das provas tradicionais, permitem que todos os alunos demonstrem suas aprendizagens de formas diferentes. A troca de informações sobre o progresso de cada aluno entre os educadores da educação regular e da educação especial é essencial para promover adaptações que atendam às necessidades de cada um (Pires 2024).

Apesar das inúmeras vantagens do trabalho colaborativo, existem desafios que precisam ser superados para que esses esforços sejam bem-sucedidos. Um dos principais obstáculos é a resistência à mudança por parte de alguns educadores, que podem ver a inclusão como uma tarefa a mais em suas rotinas ou se sentir despreparados para lidar com a diversidade das salas de aula. Além disso, muitas vezes a estrutura das instituições de ensino não favorece essa colaboração, seja pela falta de tempo para a troca de experiências, seja pela ausência de um apoio institucional efetivo (Ralin 2024).

Outro desafio significativo é a formação inadequada dos educadores ao longo de sua formação inicial. Muitas vezes, os cursos de pedagogia e formação docente não abordam de maneira suficientemente aprofundada as questões relacionadas à inclusão e à diversidade, o que pode limitar a capacidade dos professores de atuar de forma inclusiva (Santos 2022).

Criar grupos de discussão e reflexão entre educadores de diferentes áreas pode estimular o compartilhamento de experiências e a cooperação. Essas comunidades podem funcionar como espaço para a troca de ideias, planejamento conjunto e resolução de problemas. A participação das famílias no processo educativo é essencial. As escolas devem promover a comunicação aberta e constante com os responsáveis, garantindo que eles sejam incluídos nas decisões relacionadas à educação de seus filhos e nas estratégias de inclusão (Nogueira 2022).

A escola deve ser um espaço de acolhimento e respeito à diversidade. A promoção de uma cultura inclusiva envolve ações que desafiem preconceitos e estereótipos, como campanhas de conscientização e atividades que promovam o respeito às diferenças. É fundamental que as práticas adotadas pelas instituições de ensino sejam baseadas em evidências científicas que comprovem sua eficácia. A avaliação constante das estratégias utilizadas permitirá ajustes e melhorias no processo educativo (Raulino et al 2023).

O trabalho colaborativo entre a educação especial e o ensino regular é uma condição indispensável para o sucesso da inclusão escolar. Embora existam desafios significativos que devem ser enfrentados, as oportunidades de aprendizado e crescimento mútuo entre educadores e alunos são imensas. Ao construir configurações de trabalho colaborativo, as instituições de ensino não apenas cumprem uma função social, mas também se tornam espaços de verdadeiras aprendizagens inclusivas, onde cada estudante é visto como uma valiosa contribuição à comunidade escolar. Portanto, a promoção da inclusão deve ser uma responsabilidade compartilhada, que envolve cada membro da escola e da sociedade como um todo, em busca de uma educação que seja, de fato, um direito de todos (Barboza 2022).

O trabalho colaborativo no atendimento educacional especializado (aee) na perspectiva histórico-cultural

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma resposta às necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, buscando garantir a inclusão e a equidade no acesso à educação. No contexto da perspectiva histórico-cultural, proposta por Lev Vygotsky, o AEE adquire uma dimensão não apenas técnica, mas também social, relacional e cultural (Moraes et al 2023).

A perspectiva histórico-cultural destaca que os indivíduos se desenvolvem em um contexto social e cultural que mediado por instrumentos, linguagem e interações, influencia suas aprendizagens e vivências. No AEE, essa abordagem é fundamental, pois permite uma compreensão ampla das realidades dos estudantes, considerando não apenas suas singularidades, mas também a rede de relações que os cercam. O trabalho colaborativo entre educadores, profissionais da saúde, familiares e a própria comunidade escolar é essencial para a construção de um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde todos os envolvidos são agentes na construção do conhecimento (Kariele et al 2024).

Um dos principais aspectos do trabalho colaborativo no AEE é a promoção de um diálogo constante entre os profissionais da educação e da saúde, bem como entre esses profissionais e os familiares dos alunos. Essa colaboração é vital para a identificação das necessidades específicas de cada aluno e

para a formulação de estratégias pedagógicas que respeitem seu ritmo e modo de aprender. A atuação conjunta possibilita a troca de saberes e experiências, promovendo uma visão mais inclusiva e diversificada das práticas educativas (Souza et al 2023).

Além disso, é imprescindível que o trabalho colaborativo no AEE considere as diferentes linguagens e formas de expressão dos alunos. A educação inclusiva propõe que se reconheça e valorize a pluralidade cultural e individual no processo educacional. Assim, ao trabalharmos em equipe, garantimos que as intervenções levem em conta não apenas os conteúdos a serem ensinados, mas também as experiências de vida e os contextos sociais dos estudantes. Estruturas como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) surgem como instrumentos que podem auxiliar nesse processo, uma vez que promovem a personalização das aprendizagens e o acompanhamento contínuo do progresso dos alunos (Campos et al 2024).

Outra dimensão importante do trabalho colaborativo no AEE é a formação contínua dos professores e profissionais da educação. A capacidade de colaborar efetivamente requer não apenas habilidades interpessoais, mas também um conhecimento aprofundado sobre as especificidades dos alunos com deficiência. Nesse sentido, programas de formação que incluam temas como adaptações curriculares, comunicação alternativa e desenvolvimento de empatia são essenciais para que os profissionais se sintam preparados e confiantes ao lidarem com a diversidade presente nas salas de aula (Raulino et al 2023).

A articulação entre a teoria vygotskiana e as práticas colaborativas no AEE também nos leva a refletir sobre o papel do ambiente educativo. Vygotsky enfatiza a importância do contexto social para a aprendizagem, o que implica que as escolas devem ser espaços que promovam interações significativas e significativas entre todos os envolvidos. Um ambiente colaborativo permite que os alunos desenvolvam competências sociais e emocionais, fundamentais para seu desenvolvimento integral. Assim, a inclusão não se restringe apenas à presença física do aluno na sala de aula, mas envolve um verdadeiro acolhimento e uma oferta de oportunidades que possibilitem a participação ativa de todos (Pirolo et al 2024).

O trabalho colaborativo no AEE, fundamentado na perspectiva histórico- cultural, se torna não apenas uma estratégia pedagógica, mas um princípio ético e político. O compromisso com a inclusão requer uma postura de respeito e valorização da diversidade, que deve ser refletida em todas as práticas educativas. A construção de uma educação inclusiva e de qualidade é um desafio que demanda a união de esforços, a troca de saberes e a construção conjunta de saberes e práticas que atendam às especificidades e potencialidades de cada aluno (Bezerra et al 2024).

O trabalho colaborativo no Atendimento Educacional Especializado, sob a égide da perspectiva

histórico-cultural, é fundamental para promover a inclusão e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Esse trabalho, pautado na colaboração entre diferentes atores sociais e na construção coletiva de saberes, subscreve uma nova forma de compreender o processo educativo, onde a singularidade de cada aluno é respeitada e valorizada, e onde a aprendizagem é um esforço compartilhado que enriquece a todos os envolvidos. Portanto, é imperativo que continuemos a desenvolver e a fortalecer as práticas colaborativas no AEE, como um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Silva 2020).

Adequação curricular e ensino estruturado: trabalho colaborativo entre professores para o desenvolvimento do estudante

A contemporaneidade exige que a educação se adapte às constantes transformações sociais, tecnológicas e culturais, refletindo diretamente a necessidade de uma adequação curricular que atenda ao contexto diversificado dos alunos. Neste cenário, o ensino estruturado emerge como uma abordagem que promove a organização e a sistematização do conhecimento, favorecendo o aprendizado significativo e eficaz. A colaboração entre professores neste processo é um elemento essencial, pois potencia as capacidades individuais e coletivas, enriquecendo o ambiente educacional e, conseqüentemente, o desenvolvimento integral do estudante (Campos et al 2024).

A adequação curricular refere-se à necessidade de revisão e adaptação dos currículos escolares às realidades e demandas do mundo atual. Isso implica uma análise crítica dos conteúdos programáticos, metodologias de ensino e avaliações, buscando sempre a relevância e a pertinência do que é ensinado nas escolas. Neste sentido, a adequação curricular não é apenas uma resposta às exigências externas, mas sim um compromisso pedagógico com a formação dos estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo uma educação que dialogue com suas vivências e aspirações (Pires 2024).

Por outro lado, o ensino estruturado é uma abordagem que se propõe a organizar o conteúdo de maneira lógica e acessível, facilitando a compreensão dos alunos. Essa estruturação do ensino é essencial para que o aprendizado ocorra de forma progressiva e cumulativa, permitindo que os estudantes absorvam gradualmente os conceitos e habilidades que lhes são apresentados. Ao facilitar a construção do conhecimento, o ensino estruturado potencializa a aplicação prática do que foi aprendido, conectando a teoria à prática e preparando os alunos para os desafios do cotidiano (Ralin 2024).

No entanto, para que essa adequação curricular aconteça de forma eficaz, é imprescindível que exista um trabalho colaborativo entre os professores. A colaboração entre educadores é fundamental

para que se promova uma troca de saberes, experiências e estratégias pedagógicas, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem. Esse trabalho em equipe permite que os docentes compartilhem suas expertises e enfoques, resultando em uma abordagem mais holística e integrada que favorece o aprendizado dos alunos (Santos 2022).

A colaboração entre professores pode se manifestar de diversas formas, como em planejamentos conjuntos, desenvolvimento de projetos interdisciplinares e troca de experiências em sala de aula. Por meio dessa interação, os educadores têm a oportunidade de refletir sobre suas práticas, identificar desafios e buscar soluções em conjunto, criando um ambiente de aprendizado mais dinâmico e interativo. Além disso, o trabalho colaborativo pode levar à criação de estratégias de ensino que considerem as diferentes formas de aprendizagem dos estudantes, assegurando que todos tenham acesso a uma educação de qualidade (Silva 2020).

Um aspecto relevante deste trabalho colaborativo é a possibilidade de atender às necessidades individuais dos alunos. Dentro de um contexto em que a diversidade é uma constante, a adequação curricular deve contemplar as múltiplas inteligências e estilos de aprendizagem. Nesse sentido, a colaboração entre professores pode possibilitar a identificação de práticas inovadoras e adaptativas que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas particularidades. Esta abordagem inclusiva, além de promover um ambiente mais justo e equitativo, também enriquece a formação dos estudantes, ao possibilitar que eles aprendam a conviver e respeitar as diferenças (Moraes et al 2023).

A implementação de um ensino estruturado, aliado a uma adequada adequação curricular e ao trabalho colaborativo entre professores, também reflete nos resultados acadêmicos dos estudantes. Pesquisas indicam que ambientes educacionais que promovem colaboração e inovação pedagógica tendem a alcançar índices mais altos de aprendizado e envolvimento dos alunos. O desenvolvimento de competências e habilidades essenciais, tais como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a criatividade, passa a ser uma realidade palpável nesse contexto (Santos 2022).

Cabe destacar que a adequação curricular e o ensino estruturado através do trabalho colaborativo entre professores trazem à tona a importância da formação continuada dos educadores. Para que esses profissionais estejam aptos a dialogar e criar experiências de aprendizado inovadoras, é necessário investir em sua formação, promovendo espaços de discussão, reflexão e aprimoramento. Somente assim será possível garantir que as práticas pedagógicas estejam sempre alinhadas com as demandas contemporâneas, resultando em uma educação que não apenas transmita conhecimento, mas que também forme cidadãos críticos, conscientes e preparados para o mundo (Almeida 2023).

A adequação curricular e o ensino estruturado, mediado por um trabalho colaborativo entre

professores, constituem-se como pilares fundamentais para o desenvolvimento do estudante na contemporaneidade. Através da construção conjunta de saberes e práticas pedagógicas, é possível potencializar o aprendizado e garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora. Um caminho que, sem dúvida, contribui para a formação de cidadãos plenos e comprometidos com a transformação social, essencial em um mundo que exige cada vez mais adaptabilidade e inovação (Raulino et al 2023).

Práticas colaborativas e escalas de proficiência

A educação contemporânea passa por transformações significativas, impulsionadas pela crescente complexidade do ambiente social e pela necessidade de preparar os indivíduos para enfrentar desafios multifacetados. Nesse contexto, as práticas colaborativas emergem como um elemento central nas abordagens pedagógicas, promovendo o aprendizado significativo entre os estudantes. Aliada a isso, a utilização de escalas de proficiência se torna um recurso essencial para avaliação e feedback, possibilitando uma compreensão mais clara do desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos (Kariele et al 2024).

As práticas colaborativas são caracterizadas pela interação efetiva entre os alunos, permitindo que eles trabalhem juntos para alcançar objetivos comuns. Essa abordagem vai além da simples atividade de grupo; envolve um ambiente de aprendizado em que as contribuições individuais são valorizadas, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada. A pesquisa em educação tem demonstrado que a colaboração promove habilidades sociais, como a comunicação e o respeito às opiniões alheias, além de estimular o pensamento crítico e a resolução de problemas (Moraes et al 2023).

Um aspecto importante das práticas colaborativas é a diversidade de perspectivas que elas trazem para o processo de aprendizado. Através da colaboração, os alunos têm a oportunidade de compartilhar suas experiências e saberes, enriquecendo o aprendizado coletivo. Isso é particularmente relevante em um mundo globalizado, onde a capacidade de trabalhar em equipe com indivíduos de diferentes origens culturais é essencial. Além disso, a colaboração pode ser fomentada por meio de metodologias ativas, como o Aprendizado Baseado em Projetos (ABP) e o Aprendizado Cooperativo, que incentivam a participação ativa dos alunos e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos (Pirolo et al 2024).

As escalas de proficiência são instrumentos que permitem mensurar o desempenho dos alunos de forma sistemática. Elas fornecem uma referência clara para descrever os níveis de habilidade em diferentes áreas do conhecimento, ajudando educadores e alunos a entenderem o progresso

alcançado ao longo do tempo. Essas escalas podem variar desde descrições qualitativas até métricas quantitativas, com o intuito de capturar a complexidade do aprendizado (Bezerra et al 2024).

Ao utilizar escalas de proficiência, os educadores podem observar e documentar o desenvolvimento das competências dos alunos de maneira mais eficaz. Essa abordagem permite uma avaliação formativa, que não se limita a atribuir notas, mas busca entender as nuances do aprendizado. Além disso, as escalas podem ajudar os alunos a estabelecerem metas realistas e alcançáveis, promovendo a autorreflexão e a autonomia no processo educativo (Nogueira 2022).

A combinação de práticas colaborativas e escalas de proficiência cria um ambiente de aprendizagem rico e dinâmico. Quando os alunos trabalham em colaboração, têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades e mostrar diferentes níveis de proficiência. As escalas de proficiência podem ser utilizadas para monitorar e guiar esse processo, fornecendo feedback constante sobre as áreas que precisam de mais atenção (Vieira et al 2024).

Por exemplo, em um ambiente de aprendizagem colaborativa, um grupo de estudantes pode ser atribuído a um projeto em que cada membro contribui com suas habilidades específicas. Enquanto trabalham juntos, os educadores podem usar escalas de proficiência para avaliar o progresso individual e coletivo, assegurando que todos estejam avançando em suas habilidades. Essa abordagem não apenas valoriza a diversidade das contribuições, mas também reconhece o papel fundamental de cada aluno na construção do conhecimento coletivo (Barboza 2022).

Embora a integração de práticas colaborativas e escalas de proficiência ofereça inúmeras vantagens, também apresenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a resistência à mudança, tanto por parte dos educadores quanto dos alunos. Implementar um modelo educacional que enfatiza a colaboração requer uma mudança de paradigma, onde a ênfase se desloca do ensino centrado no professor para um aprendizado centrado no aluno. Além disso, a formação dos educadores para a utilização eficaz dessas ferramentas é fundamental para o sucesso dessa abordagem (Pirolo et al 2024).

Outro desafio é a criação de escalas de proficiência que sejam justas e representativas das habilidades dos alunos, considerando a diversidade de contextos e realidades. O desenvolvimento de instrumentos de avaliação que respeitem essas particularidades e que também sejam capazes de capturar a dinâmica das práticas colaborativas exige um esforço conjunto entre educadores, especialistas em avaliação e a comunidade escolar em geral (Pires 2024).

As práticas colaborativas e as escalas de proficiência representam um caminho promissor para a transformação da educação no século XXI. Ao promover um ambiente de aprendizado inclusivo e dinâmico, onde os alunos podem interagir, compartilhar conhecimentos e receber feedback

contínuo, estas abordagens contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes. A integração bem-sucedida dessas práticas exige um comprometimento com a formação profissional dos educadores, a disposição para a inovação e a adaptação às necessidades dos alunos. Com isso, será possível construir um sistema educacional mais robusto, capaz de preparar os indivíduos para os desafios complexos e interconectados do mundo atual (Nogueira 2022).

O trabalho do professor de atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais em escolas

A educação inclusiva é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No Brasil, a legislação educacional, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelece diretrizes que asseguram o direito à educação para todos, incluindo aqueles com deficiências ou necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, destaca-se o papel indispensável do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atua em salas de recursos multifuncionais dentro das escolas (Souza et al 2023).

As salas de recursos multifuncionais são espaços destinados a promover o atendimento educacional especializado, proporcionando apoio e orientações a estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, deficiências, ou outros desafios que possam afetar seu desempenho escolar. O professor de AEE é o profissional responsável por desenvolver ações pedagógicas específicas, adaptando o currículo e os métodos de ensino às necessidades individuais dos alunos atendidos. Esse trabalho é extremamente relevante, pois visa não apenas a inclusão escolar, mas também a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes (Barboza 2022) .

A atuação do professor de AEE deve ser pautada por um profundo conhecimento das diversas deficiências e das particularidades de cada aluno. É essencial que o professor esteja capacitado para lidar com as especificidades de diferentes contextos e demandas, utilizando métodos, estratégias e recursos que sejam adequados às necessidades dos alunos. A formação contínua e a atualização sobre as novas práticas e tecnologias educacionais são fundamentais para que esse profissional possa oferecer um atendimento de qualidade e que efetivamente contribua para aprendizagem dos estudantes (Almeida 2023).

Um dos aspectos centrais do trabalho do professor de AEE é a realização de um diagnóstico educativo individualizado. Esse diagnóstico permite compreender as dificuldades e potencialidades de cada aluno, possibilitando a elaboração de um plano de intervenção pedagógica que respeite e atenda as singularidades de cada um. A utilização de instrumentos diversificados de avaliação e a

observação sistemática do processo de aprendizagem são ferramentas essenciais neste contexto. A partir desse levantamento, o professor poderá desenvolver atividades que estimulem as habilidades e potencialidades de cada estudante (Santos 2022).

Além do trabalho direto com os alunos, o professor de AEE desempenha um papel de articulação com a equipe pedagógica da escola. Essa interação é vital para criar um ambiente de cooperação entre os profissionais que atuam na educação dos estudantes, garantindo que todos estejam alinhados quanto às estratégias e abordagens utilizadas em sala de aula. O trabalho colaborativo entre o professor de AEE e os demais educadores é essencial para a efetivação da educação inclusiva, pois possibilita que as ações pedagógicas sejam integradas e que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a um ensino de qualidade (Kariele et al 2024).

Outro ponto relevante é a importância da sensibilização da comunidade escolar em relação à inclusão. O professor de AEE também exerce um papel fundamental na promoção de uma cultura inclusiva dentro da escola, desenvolvendo ações que visem conscientizar e mobilizar todos os integrantes da comunidade escolar sobre as questões da inclusão e da diversidade. Essa sensibilização é crucial, uma vez que contribui para a formação de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitador das diferenças, o que, por sua vez, favorece o aprendizado e o convívio harmônico entre todos os alunos (Moraes et al 2023). As salas de recursos multifuncionais não são apenas espaços físicos; elas representam um modelo de apoio psicopedagógico que deve ser compreendido como uma extensão da sala de aula comum. O professor de AEE precisa estar preparado para utilizar metodologias diversificadas, como estratégias de ensino diferenciadas, uso de tecnologias assistivas, e adaptação de materiais didáticos, visando atender as especificidades de cada aluno. É crucial que a prática pedagógica no AEE leve em consideração o contexto social e emocional das crianças e jovens, elaborando ações que estimulem não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais (Campos et al 2024).

A relação entre o professor de AEE e os alunos deve ser pautada por uma abordagem afetiva e respeitosa. O vínculo que se estabelece é um elemento-chave para o sucesso do processo educativo. O professor deve promover um ambiente seguro, onde os alunos se sintam confortáveis para expressar suas dificuldades e conquistas. Essa subjetividade precisa ser acolhida, uma vez que a escola deve ser um espaço de desenvolvimento integral, onde cada estudante é valorizado em sua individualidade (Bezerra et al 2024).

Ainda que muitos avanços tenham sido conquistados, é importante reconhecer que os desafios

enfrentados pelo professor de AEE são consideráveis. A falta de recursos, a escassez de formação continuada, a infraestrutura inadequada das escolas e a resistência cultural em relação à inclusão são aspectos que ainda precisam ser superados para garantir que o trabalho do professor no AEE seja plenamente eficaz. Portanto, é necessário um compromisso contínuo por parte das políticas públicas e da gestão escolar para assegurar que esses profissionais tenham as condições necessárias para realizar seu trabalho de maneira eficiente e impactante (Ralin 2024).

O papel do professor de Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos multifuncionais é absolutamente fundamental para a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Este profissional não só viabiliza o acesso ao conhecimento para alunos com deficiências e necessidades especiais, mas também atua como agente transformador, contribuindo para a construção de uma escola mais justa, igualitária e respectiva das diferenças. Para que a educação inclusiva se concretize de forma plena, é imprescindível que se invista na formação, valorização e reconhecimento do trabalho desses educadores, garantindo que eles sejam os verdadeiros protagonistas na promoção do direito à educação para todos (Kariele et al 2024).

Considerações finais

O panorama educacional brasileiro tem vivenciado profundas transformações nas últimas décadas, especialmente no que tange à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em ambientes regulares de ensino. Essa mudança paradigmática destaca a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma estratégia essencial para promover a equidade e a inclusão, além de ressaltar a necessidade de um trabalho colaborativo eficaz entre diferentes profissionais da educação.

O sistema educacional brasileiro enfrenta o desafio de atender a uma diversidade de estudantes, que possuem diferentes ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades específicas. O ensino regular, tradicionalmente, foi estruturado com base em um modelo único que, por sua natureza, deixa muitas lacunas a serem preenchidas para garantir uma educação de qualidade para todos. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma resposta a essa demanda, oferecendo suporte e intervenções direcionadas a estudantes que necessitam de um acompanhamento individualizado.

O AEE deve ser visto não como uma extensão do ensino regular, mas sim como um complemento que visa garantir o desenvolvimento pleno de capacidades e potencialidades de cada estudante. Para isso, é necessário um entendimento claro de que incluir alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares requer adaptações pedagógicas, curriculares e posturas que promovam a interação

e a convivência respeitosa entre todos os alunos.

O trabalho colaborativo entre profissionais da educação é fundamental para o sucesso da inclusão e do AEE. Esse trabalho deve envolver diferentes atores, como professores, especialistas em educação especial, psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais que possam contribuir com suas experiências e conhecimentos. A colaboração efetiva não se limita apenas à troca de informações, mas exige uma construção conjunta de estratégias pedagógicas que levem em conta a singularidade de cada estudante, bem como a dinâmica da turma.

A troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais é essencial para a formação contínua. Professores do ensino regular muitas vezes se deparam com desafios que exigem conhecimentos específicos sobre as necessidades dos estudantes com deficiência. O trabalho colaborativo permite que esses educadores aprendam uns com os outros, desenvolvendo competências que contribuam para a implementação de práticas inclusivas. Um aspecto central do trabalho colaborativo é o planejamento conjunto das atividades pedagógicas. Ao trabalharem em conjunto, os educadores podem desenvolver planos que integrem as necessidades de todos os alunos, garantindo que as atividades sejam adaptadas de modo que favoreçam a aprendizagem coletiva. Essa prática é fundamental para a promoção da acessibilidade e da participação.

A avaliação de aprendizagens em contextos inclusivos deve considerar a diversidade de formas que os alunos têm de se expressar e de demonstrar conhecimento. A colaboração entre o ensino regular e o AEE possibilita a construção de instrumentos de avaliação que abrangem diferentes dimensões do aprender e do ensinar, priorizando a valorização das habilidades individuais. O ambiente escolar deve ser um espaço de respeito às diferenças e que promova a inclusão em suas várias esferas. O trabalho colaborativo fomenta uma cultura de inclusão que ultrapassa as práticas pedagógicas, permeando as relações interpessoais e a construção de um ambiente escolar saudável para todos. Essa cultura é construída a partir da atuação conjunta de todos os profissionais envolvidos, criando um espaço onde cada aluno se sinta pertencente.

Apesar das inúmeras possibilidades que o trabalho colaborativo pode oferecer, existem desafios que ainda precisam ser enfrentados. Um deles é a resistência de alguns educadores em mudar suas práticas pedagógicas, o que pode ocorrer por falta de formação específica ou de crenças arraigadas sobre a incapacidade de determinados alunos. Para que o trabalho colaborativo se concretize, é necessário um compromisso institucional que promova a formação contínua e o desenvolvimento de uma visão inclusiva da educação.

A escassez de recursos materiais e humanos em algumas instituições pode limitar a implementação efetiva do AEE e do trabalho colaborativo. A mobilização de recursos, tanto financeiros quanto

humanos, é fundamental para garantir que todas as escolas possuam as condições necessárias para atender a diversidade presente em suas salas de aula. O ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado não devem ser considerados como círculos distintos, mas como partes de um mesmo continuum educacional que busca atender a diversidade e garantir o direito de aprendizagem para todos. O trabalho colaborativo entre educadores é uma abordagem imprescindível para a construção de estratégias que promovam a inclusão efetiva.

Assim, é fundamental que as políticas educacionais continuem a apoiar a formação e a valorização dos profissionais da educação, promovendo espaços de diálogo e colaboração onde todos possam contribuir com suas experiências e conhecimentos em prol de um objetivo comum: a educação inclusiva de qualidade. Somente assim, será possível construir uma escola que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade, garantindo que cada aluno tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial em um ambiente acolhedor e estimulante.

Referências

ALMEIDA, Fernanda Correia de Lima. **Plano educacional individualizado: aplicativo de uso colaborativo na elaboração do pei para um aluno autista**. 2023. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Palmas, 2023.

BARBOZA, Cristina Peres. **Políticas públicas educacionais: o trabalho colaborativo e suas contribuições para o atendimento educacional especializado na rede unicipal de Uruguaiana/RS**. 2022. 88 p. Dissertação (Mestrado Profissional de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2022.

BEZERRA, Nathália do Nascimento Silva; OLIVEIRA, Luciana Figueiredo de; GUIMARÃES, Alessa Franciane Santos; PONTES, Davi de Souza; SILVA, Elielma Rodrigues da; SOUZA, Ericka Francelino de; VICENTE, Laís Regina da Silva; MOURA, Chirlene Santos da Cunha; LIMA, Ivonaldo Leidson Barbosa. **Reflexões a respeito do atendimento educacional especializado em um município paraibano: o que referem os professores especialistas**. Revista InterScientia, [S. l.], v. 1, n. 11, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/1592>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CAMPOS, N. M. de C.; ROSA, K. N. da S. **O estudante com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado: um olhar sobre a prática docente**. Revista Pedagógica, [S. l.], v. 26, n. 1, p. e8080, 2024. DOI: 10.22196/rp.v26i1.8080. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/8080>. Acesso em: 30

nov. 2024.

KARIELE Coutinho Melado; CRISTIANO, Ottoni Teatini Salles; NATHANAEL, Nardoto Batista. **Trabalho colaborativo e práticas pedagógicas em física no contexto da educação especial.** InterSciencePlace, [S. l.], v. 19, 2024. Disponível em: <https://www.interscienceplace.org/index.php/isp/article/view/800>. Acesso em: 30 nov. 2024.

MORAES, M. R. de; HUMMEL, E. I. .; SILVA, E. P. da. **Tecnologia assistiva como recurso pedagógico: concepções dos docentes das salas de recursos multifuncionais.** Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 15, n. 43, p. 40–66, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8103040. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1594>. Acesso em: 30 nov. 2024.

NOGUEIRA, Cinddinesya da Silva. **Configurações de trabalho colaborativo entre educação especial e ensino regular.** 2022. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

PIRES, Michaeli Maria. **O trabalho colaborativo no atendimento educacional especializado (aee) na perspectiva histórico-cultural.** 2024. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

PIROLO, C. C. B.; VITALIANO, C. R.; GOMES, N. M. **Formação em serviço de professores de educação física para a inclusão de alunos com deficiência intelectual: uma pesquisa colaborativa.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 37, n. 1, p. e29/1–31, 2024. DOI: 10.5902/1984686X73672. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/73672>. Acesso em: 30 nov. 2024.

RALIN, V. L. de O.; SOUZA, L. B. M.; TEIXEIRA, C. M. P. **Adaptação curricular com comunicação alternativa no ensino remoto durante a pandemia por COVID-19.** Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 20, n. 51, p. e13215, 2024. DOI: 10.22481/praxisedu.v20i51.13215. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/13215>. Acesso em: 30 nov. 2024.

RAULINO E SILVA, Rayner; HUPP, Fernandes Lacerda, GEISA; Ferreira da Silva, ANNA Lívia. **A gestão municipal e a gestão escolar:: articulações nas práticas educacionais inclusivas em Serra/ES.** Revista Educação Especial em Debate, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 27–42, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/41494>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SANTOS, Gabriella Cristina de França Silva. **O professor tradutor/intérprete de libras e o**

trabalho colaborativo com o professor regente no processo de ensino ao aluno surdo. 2022. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, Isis Grace da. **Adequação curricular e ensino estruturado: trabalho colaborativo entre professores para o desenvolvimento do estudante com TEA.** 2020. 208 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

SOUZA, S. V.; SANTOS Pereira, M.; FREDERICO Fumes, N. de L. **Educação de surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o tradutor intérprete de língua de sinais e língua portuguesa: deaf education: the collaborative work between the common room teacher and the sign language and portuguese language interpreter translator.** Revista Cocar, [S. l.], v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5303>. Acesso em: 30 nov. 2024.

VIEIRA, E. R; VIEIRA, J. DO N. da S. .; SOUSA, F. E. E. de . **A educação matemática no contexto do atendimento educacional especializado em escolas públicas no município de Quixadá-CE.** Revista Cearense de Educação Matemática, v. 3, n. 8, p. 1- 20, 24 set. 2024.

Autora

Maria de Jesus Xavier do Santos Farias

Mestranda em Educação Inclusiva pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) em fase de conclusão. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins (2007). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Educação Especial e Libras. Exame de proficiência em Língua Espanhola/2024-Universidade Federal de Mato-Grosso-UFMT .Possui formação técnica em Enfermagem. Atualmente é professora efetiva, atuando como Supervisora Pedagógica na área da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação de Araguaína (SEMED) Rede Municipal de Ensino, Tocantins.

ORCID: 0009-0006-7557-1424